

Revisor de textos: um profissional invisível?

Proofreader: an invisible professional?

Janice Christina Amorim de Faria¹

RESUMO

Este artigo busca investigar o lugar que o revisor de textos ocupa na sociedade atual. Para isto, foi feita uma pesquisa com 16 revisores, de várias partes do país, com níveis diferentes de formação acadêmica, para dar voz a esses profissionais e analisar o que eles pensam, que dificuldades eles enfrentam, quais são suas demandas, suas metas e promover reflexões sobre sua prática diária. A pesquisa constatou que os entrevistados concordam que o trabalho do revisor é essencial e indispensável para garantir a qualidade de um texto. A maioria dos revisores demonstra insatisfação com o atual cenário e admite ser um "profissional invisível" porque conhece o lugar de desvalorização em que o revisor está situado atualmente. Tal invisibilidade está ligada à falta de reconhecimento do seu trabalho e à falta de regulamentação da sua profissão. Os resultados dessa pesquisa não têm caráter conclusivo e apenas servem como base de dados para sugerir modificações no âmbito do mercado de trabalho do revisor de textos.

Palavras-chave: Revisor de texto. Revisão de texto. Invisibilidade. Regulamentação.

ABSTRACT

This paper seeks to investigate the place occupied by the text reviewer in present society. In order to do so, some research was done with 16 reviewers, from several parts of the country, with different levels of academic education, to give voice to these professionals and analyse what they think, what difficulties they face, what are their demands, their goals, and to promote reflections on their daily practice. The research found that the interviewees agree that the work of the text reviewer is essential and indispensable to ensure the quality of a text. Most reviewers show dissatisfaction with the current scenario and acknowledge the idea of being an "invisible professional" because they are aware of the downgrading place that the text reviewer occupies nowadays. Such invisibility is due to the lack of recognition of their work and the lack of regulation of their profession. The results of this research do not have a conclusive nature and are only a database to suggest modifications to the text reviewer labour market.

Keywords: Text reviewer. Proofreading. Invisibility. Regulation.

1 INTRODUÇÃO

“Este livro está cheio de erros!”. “É impossível que não tenha passado por revisão”. “Como uma editora publica uma obra com erros? O revisor dormiu no

¹ Artigo apresentado ao Curso de pós-graduação em Revisão de Textos, do Instituto de Educação Continuada (IEC) da PUC Minas, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Revisão de Textos. Orientadora: Prof.^a Renata Oliveira Marques Gomide.

ponto!”. “Impossível não terem visto isto!”. “Erro crasso!”. “Como o revisor deixou passar?”. “Falha do revisor”. “Que tipo de revisor é esse?”. “Afinal, os revisores não são pagos para que o texto fique perfeito?”. “Quem foi o profissional que revisou este livro?”. “Por que não o citaram na ficha técnica?”. “Cadê o nome do revisor?”.

Afirmações e perguntas como essas são mais comuns do que se pensa, sem contar que a maioria dos leitores nem têm conhecimento de que existe um profissional contratado especificamente para revisar o texto, o chamado revisor. Muitos pensam que qualquer pessoa pode fazer revisão, sem saber que para isso é preciso estudo, proficiência e dedicação constantes.

O revisor é aquele que costuma ser reconhecido apenas quando algo dá errado. Quando alguém lê algo que soa estranho ou quando os erros são gritantes, ele, certamente, será lembrado e cobrado por isso. Se o erro está claro, fica também claro que alguém não trabalhou como deveria, que alguém deixou de ter o cuidado necessário para que os erros não saltassem aos olhos do leitor e não causassem incômodos. Esses erros, às vezes, tornam-se mais importantes do que todo o conteúdo da obra. Se existe alguém que foi pago para que isso não acontecesse, esse alguém “pisou na bola”. “Julguem o revisor!”. “Cortem-lhe a cabeça!”.

Bom seria se o contrário também acontecesse. “Incrível como esse texto está ‘redondo’, como flui bem”. “Autor e revisor em consonância”. “Essa dupla trabalhou bem”. “Como é bom poder contar com o trabalho de um revisor”. “O que seria do autor sem o revisor?”. Mas a realidade não é bem essa, infelizmente. É quase impossível que, ao ler um texto e não encontrar erros, alguém também atribua sua correção e fluidez ao bom trabalho do revisor. Certamente, não costuma ser pelos acertos que ele é (re)conhecido.

O revisor quase nunca tem seu nome citado nas obras que revisa. Quem é esse profissional que costuma ficar relegado a segundo plano, a não aparecer para levar os “louros” por uma obra publicada, a não ter seu nome escrito nos livros, nos trabalhos que executa? Por que ele sempre fica nos bastidores escuros do desconhecimento? Por que a tendência é que ele seja visto como um mal necessário? Por que muitos ainda enxergam o revisor como um autor fracassado? O que pode ser feito para mudar esse quadro?

Perguntas que não cessam: A que se deve essa invisibilidade? Quem é o responsável por esse cenário de inexistência? O próprio profissional que não se impõe e cobra seus direitos? Ou a falta de uma legislação que, de fato, o reconheça e o apoie?

Este artigo visa contribuir para uma reflexão acerca do ofício de revisor. Quem é esse profissional? O que ele pensa? O que o torna competente? Quais são suas dificuldades? Que responsabilidades ele carrega?

Uma pesquisa foi realizada com alguns profissionais da área, por meio de um questionário, para analisar suas práticas e investigar o porquê dessa invisibilidade e dessa falta de reconhecimento, buscando verificar o que tem sido feito para mudar esse quadro de desconhecimento e desvalorização.

Veríssimo (apud COELHO NETO, 2008, p. 72) afirma que “o revisor é aquele que tem poder de vida e morte profissional sobre o autor”. O livro de Saramago “História do cerco de Lisboa” será utilizado para mostrar os bastidores da vida de um revisor que decidiu deixar de ser invisível e experimentar esse poder de forma indevida. O que pode acontecer quando um revisor comete um erro proposital, acrescentando a palavra “não” ao texto original? Que consequências tal negativa pode ter na obra de um escritor e na vida desse revisor?

Por fim, o revisor pode ser considerado um profissional essencial para a publicação de uma obra? O que pensam os revisores questionados neste trabalho? Qual é a posição deles sobre a importância da regularização de sua profissão? Para Malta (2000, p.23), uma coisa é certa: “Se o revisor não salvar o texto, quem o salvará?”.

Essa pesquisa será uma forma de contribuir para que esse profissional saia dos bastidores e seja colocado em cena. Em vista disso, este estudo tem como objetivo principal discutir sobre a profissão do revisor e trazer à tona questões importantes que poderão servir de base para sugerir modificações no âmbito da atividade desse profissional.

2 O LUGAR DO REVISOR NO MERCADO DE TRABALHO

Falta de valorização, prazos apertados, baixos salários, imposição de normas, insatisfação de autores e editores, ausência de uma legislação que o apoie. Estes são alguns dos fatores que marcam o lugar onde o profissional de revisão está situado: atrás dos bastidores do texto e longe da glória de ser reconhecido no mercado de trabalho.

Apesar do exposto, o revisor conhece o poder que tem ao revisar uma obra. Ele sabe que o autor, de certa forma, está em suas mãos. Veríssimo (*apud* COELHO NETO, 2008, p. 72) afirma que o autor sempre espera que o revisor não cometa erros: “O revisor é a pessoa mais importante na vida de quem escreve”. É como se o texto que passa por uma revisão deixasse de pertencer exclusivamente a um autor e passasse a pertencer a dois. O revisor poderia até ser considerado coautor depois de todas as intervenções feitas em uma obra. Veríssimo (*apud* COELHO NETO, 2008, p. 72) parece concordar com essa afirmação quando diz: “Todo texto tem, na verdade, dois autores: quem o escreveu e quem o revisou”.

Talvez, por não quererem partilhar sua criação com ninguém ou admitirem essa coautoria é que muitos autores têm tanta resistência em entregar seus textos para revisão. Fato é que o revisor expõe os erros do autor, desnuda suas deficiências. E ninguém gosta de ver seus pontos fracos sendo apontados, muito menos por alguém que não teria competência, nem direito de “mutilar” seu texto. O revisor, para muitos autores, é sempre um profissional mal-intencionado, de quem eles têm de desconfiar sempre. Para alguns, o revisor não passa de um “autor fracassado”. Outros reconhecem que todo texto deve passar por revisão e o consideram um “mal necessário”.

A relação autor/revisor está longe de ser pacífica. Essa é uma parceria, muitas vezes, estabelecida à força. Muitos autores acreditam que suas obras são materiais sagrados que não deveriam ser “profanados” pelas mãos incapazes de um revisor, e, quando isso acontece, fazem mil recomendações, dão ultimatos, desconfiam, criticam, reclamam, conferem as alterações e mandam o texto de volta com bilhetes indignados, quase sempre discordando das modificações efetuadas pelo revisor.

Foi o que aconteceu com certo autor que escreveu uma carta a um editor para reclamar da revisão feita em sua obra. Na missiva, o autor dizia que seu livro não poderia ser publicado porque ele estava convencido de que havia sido “traído pelo revisor”. Para Veríssimo (*apud* COELHO NETO, 2008, p. 72), “a paranoia editorial não tem limites. Muitos autores acreditam firmemente que existe uma conspiração de revisores contra eles”.

Na carta, o autor ainda se dizia desacatado pelo profissional, que fizera uma revisão “clandestina, incompetente, maldosa e sem responsabilidade” (COELHO NETO, 2008, p.156). Não satisfeito, ele classifica a redação do revisor como “truncada, repetitiva e deselegante”, um trabalho digno de ter sido feito por “uma colegial de

pouco estudo e conhecimento de português” (COELHO NETO, 2008, p.156). Para ele, o revisor conseguira destruir um “trabalho escrito com tanto cuidado, esforço e dedicação” (COELHO NETO, 2008, p.156).

Queixas como essas, que desqualificam totalmente o trabalho de um profissional, podem provocar uma demissão ou até mesmo prejudicar a carreira de alguém se uma carta desse tipo for compartilhada no mercado editorial. Um revisor inseguro, inexperiente, que não tenha plena consciência de suas habilidades, passaria a duvidar de sua competência e poderia ter seu trabalho destruído por uma acusação equivocada e injusta. E o citado autor pareceu não temer ser, de alguma forma, responsabilizado por isso. Tal situação poderia até mesmo dar, ao revisor, margem à abertura de um processo por danos morais.

No caso em questão, o posicionamento do profissional diante de tal “afronta” foi outro. Sua resposta ao autor é uma aula de Língua Portuguesa, pautada em lições de respeitados gramáticos. O revisor contesta, um a um, os erros pontuados pelo escritor. Ele retoma excertos da obra com as partes contestadas pelo autor, desmonta seus questionamentos indevidos e afasta qualquer possibilidade de ser responsabilizado por erros que não cometeu, em um texto “impecável e indefectível” – ironias usadas por ele em sua resposta ao escritor. Ele também diz que o “marcante estilo” do autor não “privilegia a clareza” (COELHO NETO, 2008, p.157) e que a atitude do autor é típica de “quero-meus-erros-de-volta” (COELHO NETO, 2008, p.158).

Não satisfeito, ele “refuta com veemência a classificação de seu trabalho como ‘revisão clandestina, [...] incompetente, maldosa e sem responsabilidade’, as três últimas adjetivações em razão de tudo que foi [...] exposto” (COELHO NETO, 2008, p.159). E, indignado, ainda diz que o autor precisaria rever seu conceito de clandestinidade, já que ele é um profissional que trabalha em uma empresa registrada, com endereço determinado, e que seu nome e o da editora para a qual ele trabalha constam nas fichas técnicas das obras que ele revisa. Felizmente, para o autor, o revisor resolveu silenciar seu ataque e suas injustas acusações, com a melhor resposta que ele poderia dar ao escritor: analisar cada erro imputado a ele com a tranquilidade e a certeza de quem confia em si mesmo e conhece o trabalho que faz.

Casos assim deveriam servir de exemplo para outros escritores antes de pensarem em confrontar indevidamente e desqualificar o trabalho de um profissional, que, “ironicamente”, é contratado para tentar melhorar seu texto, e não o contrário.

Com a consciência em paz e a alma lavada, o revisor termina a missiva com um recado bastante apropriado para o escritor: “O autor diz sentir-se traído. E realmente foi – pela própria soberba. Quanto a mim, com a força do meu trabalho, cuidei apenas de evitar que a nossa castigada Língua Portuguesa – ‘a última flor do Lácio, inculta e bela’ – também o fosse” (COELHO NETO, 2008, p.159).

Será que o escritor teria escrito uma carta ao editor para parabenizar o revisor pelo seu trabalho ou para exaltar suas qualidades e sua competência? Talvez, não. Teria ele escrito um bilhete para agradecer ao revisor pelo tempo que ele trabalhou em sua obra para torná-la publicável? É provável, mas incomum.

O trabalho do profissional de revisão precisa ser reconhecido e respeitado. O revisor precisa deixar de ser aquele que aparece em cena só quando algo dá errado, ou, como no caso citado, quando o autor pensa que ele está errado.

3 EM CENA, O REVISOR

Felizmente, há escritores que reconhecem a imprescindibilidade do revisor e não dispensam seu trabalho. Ao longo dos anos, muitas parcerias são construídas na base da confiança e são capazes de transformar esses dois profissionais em colegas de trabalho.

Desconfie dos que odeiam revisores: se achar infalível é a primeira de muitas outras falhas. E a maior delas. [...] Por isso sempre fui e sempre serei um fã incondicional dos revisores. Eles estão ali para garantir a saúde do texto oferecendo uma segunda opinião. Os brilhantes, e não são muitos, leem palavras, frases e parágrafos permanecendo vigilantes ao sentido. Manuseiam as vírgulas com a delicadeza de um ourives; notam os acentos como um maestro a escutar cada detalhe da orquestra; caçam falhas de digitação como a tricoteadeira que não perde um só ponto. São atentos como o analista, seguros de que o discurso poderá trair o desejo do escritor (para o bem ou para o mal). Então, apontando a falha no ato, darão ao autor a rara oportunidade de pensar melhor antes de o livro ser impresso. (PENZ, 2017, S/P).

Autores e revisores devem ter humildade para reconhecer que são falíveis. Não há texto perfeito, assim como não há revisão perfeita. Um profissional precisa do outro:

Qualquer autor, por melhor que seja, comete erros, emite conceitos incoerentes, é repetitivo, fica cego às vezes a coisas absurdas que o seu texto contém. [...] Faz-se, então, imprescindível a figura do revisor. É na revisão textual consciente, detalhista, competente, que o conteúdo vai ser aprimorado, no que diz respeito à coesão e coerência, aos erros ortográficos, aos erros conceituais, enfim, aos deslizos praticados pelo autor. Tudo, ressalte-se, perfeitamente natural. O que não é natural: tanto a autoconfiança

excessiva – de autores, de donos de gráfica, de diagramadores – como o conseqüente, melhor dizer inconseqüente, ato de prescindir do revisor. (COELHO NETO, 2008, p.61).

O que torna um revisor competente? Sabe-se que uma formação na área de Letras facilita bastante o trabalho desse profissional, bem como cursos de especialização, mas há profissionais de outras áreas que são excelentes revisores.

Cabe ao revisor lapidar os textos que lhe chegam, buscando não só proceder à revisão ortográfica, gramatical e normativa, como também dar clareza e coerência às ideias do autor, verificando tanto a forma, como o conteúdo. Além da técnica, ele deve possuir uma percepção aguçada, capaz de permitir o reconhecimento da identidade e da estrutura do texto, orientando o autor na construção e no aprimoramento do seu trabalho. Silva (2015, p.10) afirma que

[...] o revisor deve estar atento para melhorar e lapidar esse texto, evitando que contenha redundâncias, vícios de linguagem, construções confusas ou repetições de termos. Podemos afirmar, assim, que a revisão textual torna-se imprescindível, garantindo a clareza e a coerência do que se escreve.

O dia a dia de um revisor costuma ser bem corrido. Normalmente, revisar não é a sua única ocupação. Raros são os profissionais que vivem exclusivamente do salário de revisão. Muitos têm de se desdobrar entre uma atividade e outra, trabalhando aos finais de semana e/ou de madrugada para darem conta de prazos apertados, da pressão de editores e autores, e de todos os meandros que perpassam sua profissão.

Com a prática e a experiência, o revisor vai aperfeiçoando suas competências e adquirindo habilidades que possibilitam um olhar que vai além das entrelinhas. Malta (2000, p.17) afirma que o revisor deve conhecer seus limites e que “não pode mostrar-se um autor frustrado, entrar em conflito com a editora, com o autor, com o tradutor, de tanto mexer no texto, de tanto alterá-lo”. Segundo Leite e Magalhães (2014, p.228),

[...] espera-se que o revisor de textos proficiente seja capaz de detectar e corrigir o maior número possível de erros, bem como consiga identificar inadequações e, se for o caso, propor melhorias no texto revisado. Não há, no entanto, uma definição clara quanto ao caminho a ser seguido para o desenvolvimento dessa competência.

A verdade é que um revisor não se faz da noite para o dia. Nem nasce pronto. Para que ele desenvolva esse olhar crítico e atento, imprescindível em sua profissão, e

para assegurar que as ideias do autor sejam transmitidas com clareza, são necessários anos de estudo e aprimoramento contínuo.

Para ser um bom profissional da área de revisão, além de considerar os fatores que constroem e dão sentido a um texto, o revisor deverá ter em mente que será sempre preciso ler muito, manter-se atualizado, estar conectado com o mundo e com as novas tecnologias, e buscar se atualizar e se reciclar, porque, quaisquer que sejam os domínios discursivos escolhidos por ele, caso opte por se especializar em algum deles, estes estarão sempre em mutação, exigindo um conhecimento prévio do revisor, que deverá estar sempre atento, com um passo sempre à frente. Em outras palavras: o ofício de revisar exige esforço, sacrifício e dedicação constantes.

4 LEGISLAÇÃO

O revisor de texto ainda enfrenta uma situação incerta- no que diz respeito ao reconhecimento e à regulamentação de sua atividade. Como já foi dito, esse profissional ainda não é muito valorizado e, muitas vezes, tem seu trabalho desqualificado por autores, por editoras e até por leitores.

Por falta de leis que o apoiem, o profissional de revisão vivencia situações que, frequentemente, tornam sua prática mais difícil. Questões como a indefinição dos números de horas trabalhadas; a inexistência de padronização do tamanho de uma lauda; a falta de reconhecimento de autoria na ficha técnica das obras revisadas; a concorrência desleal com profissionais não qualificados para a função; prazos apertados; imposições feitas por editoras e por autores que, muitas vezes, não condizem com as escolhas do revisor; e tantos outros inconvenientes são alguns exemplos de dificuldades que esse profissional enfrenta em seu dia a dia. Esse cenário provoca, cada vez mais, discussões entre os profissionais da área sobre a necessidade da criação de leis que estabeleçam seus direitos e seus deveres. Gomide e Gomide Filho (2015, p.340), afirmam que,

[...] na grande maioria dos casos, revisores e preparadores de textos ou atuam de maneira informal, como prestadores de serviço, ou trabalham com carteira assinada em grandes editoras, geralmente com remuneração limitada, pelo fato de ser este um ofício sem regulamentação técnica, que pode ser (e comumente é) realizado por estudantes de graduação e/ou profissionais sem formação específica que os habilite à revisão textual.

Não existe uma legislação específica para o profissional de revisão. As leis que atualmente normatizam o ofício do revisor são as que regulamentam a profissão de jornalista. “De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), instituída por portaria ministerial nº 397, de 9 de outubro de 2002, o exercício da função de revisor requer formação em jornalismo”. Os jornalistas, segundo a CBO (BRASIL, 2002), exercem funções variadas:

Recolhem, redigem, registram através de imagens e de sons, interpretam e organizam informações e notícias a serem difundidas, expondo, analisando e comentando os acontecimentos. Fazem seleção, revisão e preparo definitivo das matérias jornalísticas a serem divulgadas em jornais, revistas, televisão, rádio, internet, assessorias de imprensa e quaisquer outros meios de comunicação com o público.

O Decreto-lei nº 7.858, de 13 de agosto de 1945, dispõe sobre a “remuneração mínima dos profissionais que exercem a atividade de revisor”, lembrando que essa legislação diz respeito ao revisor jornalista. O artigo 1º determina que

[...] a remuneração devida a todos aqueles que exerçam a atividade de revisor, quer em empresas jornalísticas, quer em estabelecimentos gráficos, ou quaisquer outras organizações de caráter privado, não será inferior aos níveis mínimos, fixados pelas tabelas que acompanham o presente Decreto-lei, obedecida a classificação de funções que ele estatui. (BRASIL, 1945).

Sobre a duração normal da jornada de trabalho desse revisor, seu artigo 5º determina que ela “não deverá exceder a seis horas, tanto de dia como à noite” (BRASIL, 1945).

O Decreto-Lei Nº 972, de 17 de outubro de 1969, dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista. O artigo 6º do documento classifica a profissão de revisor como uma das funções desempenhadas pelos jornalistas profissionais, identificando-o como “aquele que tem o encargo de rever as provas tipográficas de matéria jornalística” (BRASIL, 1969).

O Decreto-lei nº 83.284, de 13 de março de 1979, propõe uma nova regulamentação para o Decreto-lei nº 972, em decorrência das alterações introduzidas pela Lei nº 6.612, de 7 de dezembro de 1978. Seu artigo 2º institui que, dentre as atividades que compreendem a profissão de jornalista, uma delas é a “revisão de originais de matéria jornalística, com vistas à correção redacional e à adequação da linguagem” (BRASIL, 1979).

O Conselho Nacional de Educação publicou, no dia 13 de março de 2002, a Resolução CNE/CES 18, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras. O artigo 2º determina que

O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecida pelo curso de Letras deverá explicitar: a) o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura; b) as competências gerais e habilidades específicas a serem desenvolvidas durante o período de formação; c) os conteúdos caracterizadores básicos e os conteúdos caracterizadores de formação profissional, inclusive os conteúdos definidos para a educação básica, no caso das licenciaturas; d) a estruturação do curso; e) as formas de avaliação.

5 HISTÓRIA DO CERCO DE LISBOA – A HORA E A VEZ DE UM REVISOR

Raimundo Benvindo Silva é o nome dele. Um revisor criterioso e ético, que, em toda a sua vida profissional, jamais ousara colocar em risco o trabalho de um autor, muito menos o seu. Cumpria suas tarefas diariamente, com eficiência e seriedade. Ele lia muito, tinha uma biblioteca cheia de livros, enciclopédias e dicionários, e estava sempre se reciclando, afinal ele era um revisor que buscava melhorar os vários tipos de textos que a editora nunca deixava de lhe mandar. Ele estava ciente da posição que ocupava, conhecia o seu lugar e se considerava um profissional exemplar e um servidor fiel. Ele se esmerava para não cometer erros, quanto mais um deliberado. Mas um dia, ao se deparar com uma frase do livro que revisava, que dizia que os cruzados iriam ajudar os portugueses na conquista de Lisboa, Raimundo Silva se sentiu incomodado: “Está como fascinado, lê, relê, torna a ler a mesma linha, esta que de cada vez redondamente afirma que os cruzados auxiliarão os portugueses a tomar Lisboa” (SARAMAGO, 1989, p. 48). Essa afirmativa provocara nele um sentimento novo. Ela testava sua natureza pacata e até a lealdade que sempre tivera com os autores para quem revisava. Aquela frase incitava-o à transgressão. Quando isso se deu? E por quê?

É um disparate, insiste Raimundo Silva como se estivesse a responder-nos, não farei semelhante coisa, e por que a faria, um revisor é uma pessoa séria no seu trabalho, não joga, não é prestidigitador, respeita o que está estabelecido em gramáticas e prontuários, guia-se pelas regras e não as modifica, obedece a um código deontológico não escrito mas imperioso, é um conservador obrigado pelas conveniências a esconder as suas voluptuosidades, dúvidas, se alguma vez as tem, guarda-as para si, muito menos porá um não onde o autor escreveu sim, este revisor não o fará. [...] Em tantos anos de honrada vida profissional, jamais Raimundo Silva se

atrevera, em plena consciência, a infringir o antes citado código deontológico não escrito que pauta as *acções* do revisor na sua relação com as ideias e opiniões dos autores. Para o revisor que conhece o seu lugar, o autor, como tal, é infalível. (SARAMAGO, 1989, p. 49-50).

Raimundo tomara verdadeira implicância pela obra que revisava e pelo seu autor. Havia se cansado daquele livro. Lera mais de 400 páginas e o autor não apresentara um único fato novo, nada havia ali de diferente que pudesse valer a pena. As palavras pareciam dançar diante dos olhos do revisor, confundindo-o, “como uma provocação, como se estivessem a dizer ironicamente, Faz de mim outra coisa, se és capaz” (SARAMAGO, 1989, p.48).

Raimundo já estava tão acostumado a não ser notado e a fazer seu trabalho sem reclamar, que, ao longo dos anos, foi se habituando a ficar em segundo plano, e nunca antes havia se importado com isso. Mas, agora, ele sabia que algo havia mudado dentro dele. Ele teve um ímpeto de rebeldia e decidiu virar o jogo. Nem ele mesmo sabia por quê. O primeiro passo fora dado e ele não voltaria atrás.

[...] é evidente que acabou de tomar uma decisão, e que má ela foi, com a mão firme segura a esferográfica e acrescenta uma palavra à página, uma palavra que o historiador não escreveu, que em nome da verdade histórica não poderia ter escrito nunca, a palavra Não, agora o que o livro passou a dizer é que os cruzados Não auxiliarão os portugueses a conquistar Lisboa, assim está escrito e portanto passou a ser verdade, ainda que diferente, o que chamamos falso prevaleceu sobre o que chamamos verdadeiro, tomou o seu lugar, alguém teria de vir contar a história nova, e como. (SARAMAGO, 1989, p.50).

Uma obra fora vilipendiada por um revisor. Rebeldia, loucura, erro proposital ou, ainda, “incompetência, fraude deliberada, premeditação maliciosa, incitamento à perversão” (SARAMAGO, 1989, p.60). Raimundo sabia que o gosto de ter o poder em suas mãos era novo e indescritível, e ele gostava daquela sensação. Pela primeira vez, em anos e anos de trabalho, Raimundo tomara para si a direção do leme e provara do gozo de dirigir a embarcação. Ele, a partir dali, poderia seguir a direção que bem entendesse. Veríssimo (*apud* COELHO NETO, 2008, p.72) afirma:

Pode-se imaginar o que uma conspiração organizada, internacional, de revisores significaria para a nossa civilização. Os revisores só não dominam o mundo porque ainda não se deram conta do poder que têm. Eles desestabilizam qualquer regime com acentos indevidos e pontuações maliciosas, além de decretos oficiais ininteligíveis.

O “não” acrescentado à frase mudava tudo naquele livro. Mais que isso, aquele “não” representava todos os outros “nãos” que Raimundo deixara de dizer em sua trajetória. A negativa era um basta à sua vida monótona e corriqueira, e lhe abria as portas para um mundo novo. Ele estava pronto. Raimundo Benvindo saiu dos bastidores. O revisor estava em cena.

Os revisores, se pudessem, se não estivessem atados de pés e mãos por um conjunto de proibições mais impositivo que o código penal, saberiam mudar a face do mundo, implantar o reino da felicidade universal, dando de beber a quem tem sede, de comer a quem tem fome, paz aos que vivem agitados, alegria aos tristes, companhia aos solitários, esperança a quem a tinha perdida, para não falar da fácil liquidação das misérias e dos crimes, porque tudo eles fariam pela simples mudança das palavras, e se alguém tem dúvidas sobre estas novas demiurgias não tem mais que lembrar-se de que assim mesmo foi o mundo feito e feito o homem, com palavras, umas e não outras, para que assim ficasse e não doutra maneira. Faça-se, disse Deus, e imediatamente apareceu feito. (SARAMAGO, 1989, p.50).

O livro de José Saramago, *História do cerco de Lisboa*, publicado em 1989, conta um fato histórico ocorrido em 1147, quando os cruzados ajudaram os portugueses a conquistar Lisboa, que estava nas mãos dos mouros. Paralela a essa narrativa, outra história entrelaça-se a ela: a ficcional, escrita pelo revisor Raimundo Silva.

Tudo começou com o “não” escrito por ele na frase que afirmava que os portugueses teriam o auxílio dos cruzados na tomada de Lisboa. Essa negativa alterou a verdade histórica e transformou um fato real em ficção. A narrativa de Saramago passeia entre o factual e o fictício, entre o sim e o não, entre o passado e o presente.

O livro do escritor português suscita uma reflexão sobre as relações entre o texto histórico e o texto literário, entre o fato acontecido e o fato narrado. Além disso, a narrativa evidencia o poder de um revisor sobre uma obra, caso ele decida violar o código de ética que deve ser a base que sustenta as ações de um profissional. O revisor tem o poder, consciente ou involuntário, de aprimorar ou descaracterizar um texto. Nesse caso, não foi apenas um cochilo do revisor. A inserção da palavra “não” foi proposital e alterou a história oficial sobre o cerco de Lisboa.

Raimundo tinha a consciência de que a alteração havia sido intencional, mas não conseguia explicar o acontecido e já não podia fazer mais nada. O que estava feito, já não podia ser desfeito, desistira de tentar achar respostas para o seu desatino. No início, sentira-se culpado, parecia que tinha bebido um veneno de ação lenta. Com o passar dos dias, a aflição fora dando lugar a outros sentimentos. “Tem dificuldade em *reflectir* no

que fez, sobretudo não consegue reconhecer a gravidade do seu *acto*, e chega mesmo a surpreender-se por nunca antes lhe ter ocorrido a ideia de alterar o sentido doutros livros que reviu” (SARAMAGO, 1989, p.51). Por fim, foi se conformando. Não havia mais remédio àquela altura. Agora era esperar que alguém descobrisse o erro e, então, não haveria outra solução, a não ser assumir as consequências pelo seu ato impensado.

Raimundo precisou esperar 13 dias até ser convocado para comparecer à editora, onde foi interrogado por seus superiores, na esperança de que ele confessasse seu “crime”. Fora uma conversa tensa. O revisor sofreu pressão de todos os lados, mas não conseguiu encontrar uma justificativa para seu ato, ou um real motivo que elucidasse tal atitude. Os diretores decidiram não o despedir porque, no fundo, ele sempre prestara bons serviços para a editora, era um profissional competente. Ao final da reunião, Raimundo se comprometeu a escrever uma carta de desculpas para a empresa e outra para o autor da obra. O livro seria publicado com uma errata para corrigir a alteração. Estava posta uma pedra sobre o caso.

Foi também nesse dia que ele conheceu a nova supervisora dos revisores, aquela que seria a responsável por acompanhar todos os trabalhos dali para a frente, para evitar novos dissabores. Desde a primeira vez que vira Maria Sara, Raimundo sentira-se inquieto, impressionado com a postura daquela mulher. Procurado por ela, logo depois, Raimundo, de início, não quis admitir que estivesse interessado nela, nem mesmo chegou a cogitar que houvesse a mínima chance de um relacionamento amoroso entre eles. Considerava-se muito inferior a ela. Já conhecia o seu lugar.

Mas Maria Sara já havia tomado às rédeas da situação, e chegou a insinuar que o “não” escrito pelo revisor era algo muito significativo na vida dele para ser esquecido. Foi ela quem desafiou Raimundo a reescrever a história do cerco de Lisboa, já que os portugueses agora não iriam contar com a ajuda dos cruzados.

A princípio, o revisor hesitara, mas em seu íntimo já sabia que iria criar a sua própria história e se permitir amar e ser amado por Maria Sara. A possibilidade de vivenciar tal sentimento encheu-o de ânimo e coragem para experimentar outros. Raimundo agora tomaria o lugar do escritor. Um escritor que criaria uma história fictícia do cerco de Lisboa.

Na versão criada por ele, ficção e realidade também se entrelaçaram. O amor entre os personagens Mogueime e Ouroana é uma representação do seu amor por Maria Sara. O “não” que desconstruiu a história oficial abriu as portas para o “sim” que

construiria a sua vida real. A recriação da história do cerco de Lisboa abriu caminho para a recriação da sua própria história. Raimundo precisou criar uma mentira, no passado, para ser capaz de viver uma verdade, no presente.

São três horas da madrugada. Raimundo pousa a esferográfica, levanta-se devagar, ajudando-se com as palmas das mãos assentes sobre a mesa, como se de repente lhe tivessem caído em cima todos os anos que tem para viver. Entra no quarto, que uma luz fraca apenas ilumina, e despe-se cautelosamente, evitando fazer ruído, mas desejando no fundo que Maria Sara acorde, para nada, só para poder dizer-lhe que a história chegou ao fim, e ela, que afinal não dormia, pergunta-lhe, Acabaste, e ele respondeu, Sim, acabei, Queres dizer-me como termina, Com a morte do almuadem, E Mogueime, e Ouroana, que foi que lhes aconteceu, Na minha ideia, Ouroana vai voltar para a Galiza, e Mogueime irá com ela, e antes de partirem acharão em Lisboa um cão escondido, que os acompanhará na viagem, Por que pensas que eles se devem ir embora, Não sei, pela lógica deveriam ficar, Deixa lá, ficamos nós. A cabeça de Maria Sara descansa no ombro de Raimundo, com a mão esquerda ele acaricia-lhe o cabelo e a face. Não adormeceram logo. Sob o alpendre da varanda respirava uma sombra. (SARAMAGO, 1989, p.348).

6 COM A VOZ, OS PROFISSIONAIS

Esta pesquisa foi feita com 16 revisores, de vários lugares do país, com níveis diferentes de formação e de tempo de experiência na área. Atualmente, ainda há pouco material de consulta que possibilite conhecer especificamente a realidade do revisor de textos. Este estudo busca contribuir para uma reflexão acerca do seu ofício e dar voz a esses profissionais. Para tanto, criou-se um questionário (a seguir) com 10 perguntas, com o objetivo de investigar o que eles pensam e provocar uma discussão sobre o lugar que os revisores ocupam hoje, avaliando quais são as dificuldades que eles enfrentam em suas práticas, e o que é importante para que eles sejam reconhecidos dentro da sua área de atuação.

Questionário

Tema: Revisor de textos: profissional invisível?

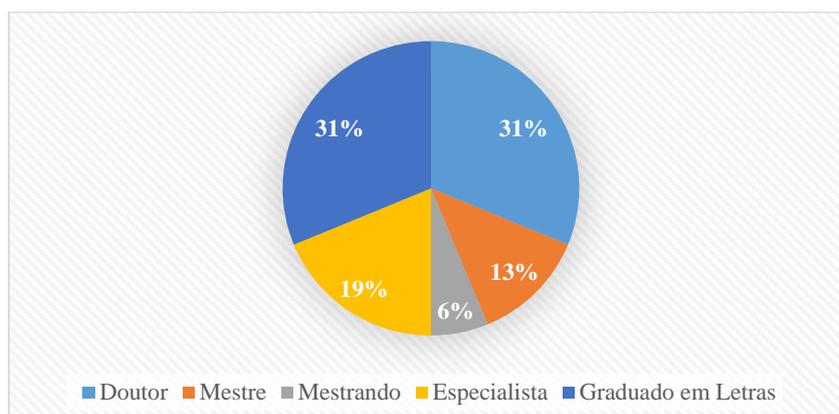
- 1- Qual é a sua formação?
- 2- Você acha imprescindível que, além do curso de Letras, o revisor possua alguma especialização na área de revisão?
- 3- Há quanto tempo você trabalha como revisor?
- 4- Você presta serviços para alguma empresa ou é autônomo?

(conclusão)

- 5- Com qual gênero de texto você mais trabalha?
- 6- Você tem algum preferido? Por quê?
- 7- O revisor não aparece quando acerta, só quando erra. Você concorda com essa afirmação?
- 8- O que você tem a dizer sobre a invisibilidade do trabalho do revisor?
- 9- Quais são as maiores dificuldades enfrentadas por um revisor?
- 10- Você acha que a regulamentação da profissão é importante? Na sua opinião, de que forma ela beneficiaria os profissionais de revisão?

Dos 16 revisores entrevistados, cinco possuem Doutorado: dois são Doutores em Letras; um em Literatura Brasileira, um em Estudos Literários; e um em Letras Vernáculas. Dois revisores são Mestres: um em Estudos de Linguagens e outro em Literatura Brasileira. Um deles é mestrando em Ciências da Linguagem; e três possuem especialização: um em Supervisão e Orientação Educacional, outro em Revisão de Textos e outro em Consultoria e Revisão Linguística. Todos os entrevistados são graduados, sendo que 14 possuem graduação em Letras e dois em Comunicação Social.

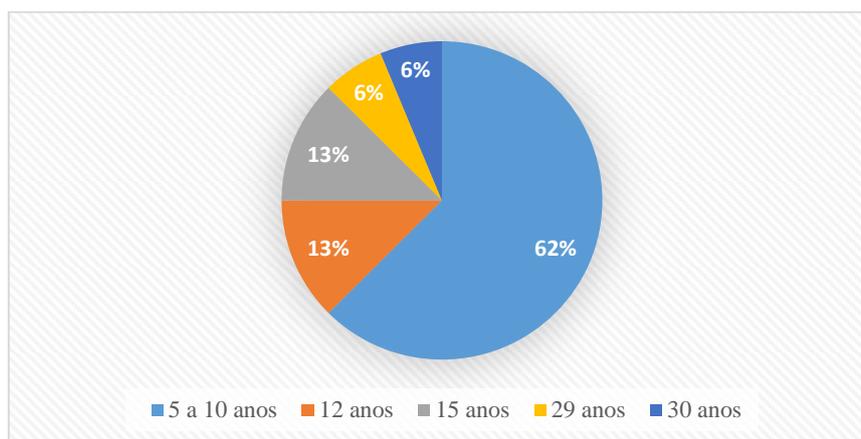
Gráfico 1 – Formação dos revisores



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

O tempo de trabalho dos profissionais varia de cinco a 30 anos. Dez entrevistados atuam como revisores de cinco a dez anos; dois há 12 anos; dois há 15 anos; um há 29 anos e outro há 30 anos.

Gráfico 2 – Tempo de trabalho



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Dez dos 16 revisores que responderam à pesquisa acham que é imprescindível/importante ter graduação em Letras e consideram fundamental que o revisor esteja sempre se reciclando e se atualizando. Eles reforçam que a formação linguística e cultural de todo bom profissional de revisão deve ser contínua. R3² observa: “Como há apenas pouquíssimos cursos na área de formação específica da revisão de textos, considero importante o curso de especialização, porque promove o desenvolvimento de habilidades caras à tarefa de revisar textos”. R4 reconhece que todo revisor deve se empenhar para ter uma formação constante: “Sem dúvida. A língua é dinâmica, assim como a escrita também o é. Por isso mesmo o revisor precisa estar sempre atualizado para bem desempenhar seu trabalho”. R13 afirma que “é sempre bom reciclar e estudar para aprimorar e também relembrar nossos conhecimentos”.

Por outro lado, seis revisores discordam que é imprescindível a formação em Letras, mas admitem que cursos de especialização são sempre bem-vindos. Na opinião de R5, “há muitos revisores que escolhem o curso de Letras justamente por sentirem aptidão para revisar textos. [...] No caso do revisor, em particular, concebendo a língua como algo não estático, as atualizações sempre são importantes”. R11 pondera: “num breve levantamento de informações, percebi que muitos cursos são ‘mais do mesmo’, repetindo aquilo que já foi visto, considerando aspectos gramaticais, nas graduações em letras”. E completa: “Valeria muito mais se, na própria graduação, o caminho de revisor fosse apontado como alternativa de mercado, o que raramente ocorre”. R10 não acha que o curso de Letras seja imprescindível, mas ressalta: “penso que uma especialização

² R1 a R16 – A letra R será usada para abreviar a palavra revisor.

na área de revisão é altamente desejável, mais até do que formação em Letras”. Já R9 não acha fundamental “nem mesmo a formação em Letras”, mas afirma: [...] acredito que uma especialização na área de revisão torna a atuação do revisor mais profissional e possibilita que ele recorra a recursos aos quais, muitas vezes, com o aprendizado autônomo ou no próprio trabalho, ele não teria acesso”. R14 pensa da mesma forma: “Não acho imprescindível ter pós-graduação, tampouco a graduação em Letras. No entanto, esse tipo de formação pode abrir mais portas do que outros cursos mais ‘fora da área’”.

A maioria dos revisores trabalha como autônomo. Alguns já trabalharam em editoras, mas, no momento, atuam como *freelancers*. Três profissionais ainda prestam serviço para editoras, mas sem vínculo com as empresas. R6 presta serviço para um órgão público. R10 é MEI (microempreendedor individual) e trabalha para empresas como fornecedor. R14 faz revisões como *freelancer*, sem vínculos, para uma empresa de treinamento corporativo. R3 atua também como colaborador em revistas científicas, sem remuneração. E R5 faz revisão de textos para uma revista de uma universidade como voluntária.

Seis profissionais trabalham com textos acadêmicos (artigos, dissertações, ensaios, teses, textos científicos etc.); R1 trabalha com o gênero literário; R7 revisa especificamente livros didáticos; R8 trabalha com textos ficcionais e jurídicos, além de guias de turismo; R10 trabalha com textos publicitários e dados/informações sobre produtos (para uma empresa de design de embalagens e para empresas de comunicação), além de revisar textos acadêmicos, jornalísticos, literários e técnicos; R12 presta serviços para uma editora e revisa livros evangélicos e de autoajuda; R13 trabalha com romances, ficção e dissertações na área de humanas; R14 revisa textos publicitários e de treinamento para uma empresa de treinamento corporativo; e R15 trabalha com textos publicitários e institucionais. Os gêneros preferidos pelos revisores são aqueles com os quais eles já trabalham.

Gráfico 3 – Textos com os quais mais se trabalha



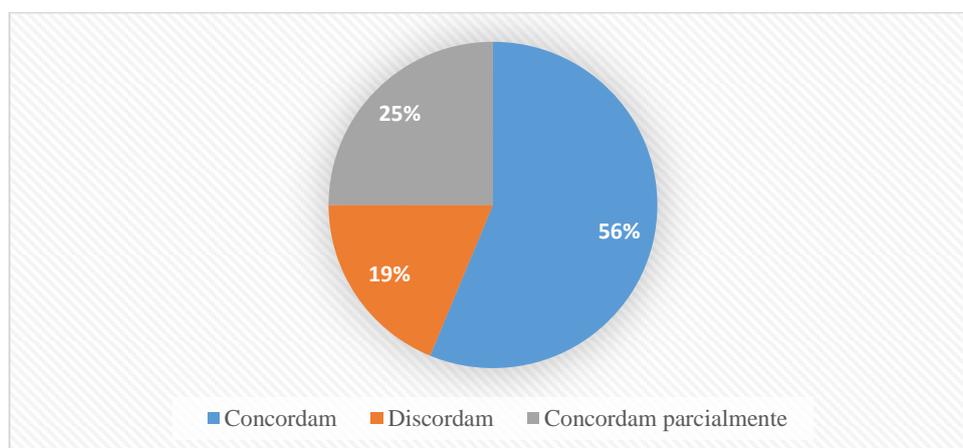
Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Nove pesquisadores concordam com a afirmação feita na questão número sete: “o revisor não aparece quando acerta, só quando erra”. R1 afirma que “o revisor vive numa corda bamba: alguns consideram-no fundamental, outros acham-no desnecessário”. Para R11, esse é “basicamente o pensamento do senso comum, de que acertar ‘não é mais que uma obrigação, pois está sendo pago por isso’”. R15 acredita que a afirmação faz sentido dependendo da situação do revisor: “Se ele é contratado somente para ‘catar’ erros, provavelmente será muito cobrado quando isso acontecer”.

Quatro revisores concordam parcialmente com a afirmação. R2 diz que depende dos envolvidos no processo: “A generalização traz, a meu ver, equívoco para essa afirmação. É claro, contudo, que o erro ganha mais evidência, uma vez que nosso papel é, exatamente, evitá-lo”. Segundo R5, essa é uma questão complexa, difícil de ter apenas uma resposta, por esse motivo, ele concorda em parte com a afirmação: “Pode acontecer de o revisor apontar revisões a serem feitas, o autor não acatar e o nome do revisor sair como o responsável pelo equívoco”. R9 relata que “tem vivenciado situações em que os revisores são elogiados por seu trabalho, em especial, quando se trata de trabalhos acadêmicos”. Se bem que, segundo o profissional, “o mais comum aos leitores que não compreendem bem o processo, ou àqueles que contratam os trabalhos dos revisores, é atentar apenas para os erros que porventura ocorram”. De acordo com R10, essa afirmação também vale para outras profissões, não só para quem faz revisão de textos. Para ela, “se tem uma coisa certa, é que a gente erra, todos nós. O que penso é que o revisor poderia aparecer mais ‘quando acerta’ (ou seja, numa medida, sempre), apropriar-se de sua importância e mostrá-la ‘ao mundo’”.

Por outro lado, três profissionais discordam da afirmação. R4 pensa que nem sempre é assim. De acordo com ela, são muitas as cobranças feitas ao revisor: “Quando há erros, ele geralmente é muito criticado. Mas também acho que muitos autores valorizam e reconhecem o trabalho do revisor, sendo que há textos, inclusive, que elogiam sua atuação”. R12 não concorda com a afirmação e pondera: “Posso não aparecer para a sociedade, mas apareço para a minha empresa, e isso é o que importa”. Por fim, R13 afirma que “há certo reconhecimento, sim – não financeiro, obviamente”.

Gráfico 4 – “O revisor não aparece quando acerta, só quando erra”



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

As dificuldades enfrentadas pelos revisores são inúmeras. Os pesquisados apontam aquelas mais recorrentes em suas práticas. Para R1, no caso do revisor que trabalha para uma editora, “uma dificuldade grande é pactuar com determinadas escolhas editoriais”. R1 também afirma: “No trabalho específico com o texto, sempre penso que a maior dificuldade é perceber o estilo do autor e colaborar para que ele o materialize do melhor modo”. R2 destaca que a maior dificuldade enfrentada é “fazer o seu trabalho sem interferir no sentido pretendido pelo autor e, ao mesmo tempo, intervir respeitosamente nesse sentido quando nos foi solicitada essa tarefa”. E conclui: “Não gosto, por exemplo, de fazer revisões de textos literários”. Dentre as dificuldades encontradas por R3, está a necessidade de definição e cumprimento de prazos, “uma vez que muitos autores enviam textos na última hora”. Além disso, para ele, é difícil “fazer com que o autor/cliente compreenda que algumas modificações são necessárias e não apenas ajustes”. Na opinião de R4, “as maiores dificuldades estão relacionadas à

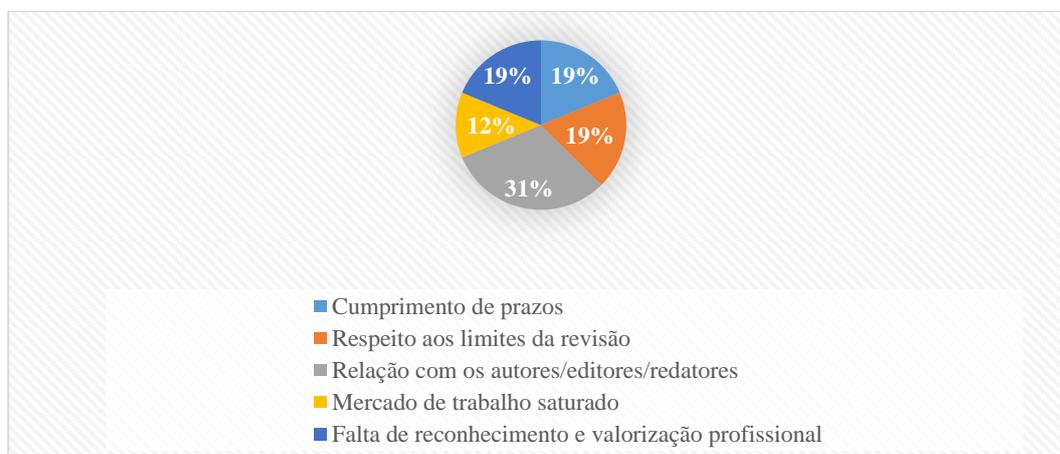
necessidade de desenvolver uma consciência crítica que permita respeitar os limites da revisão (os estilos, as escolhas do autor), sem deixar de fazer um bom trabalho”.

R5 destaca a importância da criação de uma legislação específica para o profissional de revisão: “Penso que, dentre as dificuldades, está uma falta de regulamentação da profissão, [...] o que permite que as pessoas trabalhem na área sem critério, aceitando preços muito abaixo do ideal e jogando a remuneração de todos para baixo”. R6 afirmou que “lidar com os autores dos textos e a falta de compreensão do processo de revisão” são suas principais dificuldades.

Para R7, “o mercado de trabalho, que se encontra saturado; e a concorrência” representa um cenário do lugar ocupado pelo revisor atualmente. R8 disse que, uma vez, ouviu de uma jornalista que todo mundo que “fala português se acha em condições de fazer revisão”. Para ele, “a falta de reconhecimento e a pouca valorização profissional” são questões que precisam ser mudadas. E completa: “Falta representatividade também, uma vez que nossa profissão sequer é reconhecida como tal”. A maior dificuldade para R9, em termos técnicos, “é identificar os limites de sua intervenção frente a um texto”. Além disso, para ele, especialmente no caso do revisor autônomo, na parte mais prática da profissão, as dificuldades estão relacionadas a “saber lidar com seus clientes no que diz respeito a prazos, transparência no que é ou não função do revisor, e valorização financeira da atividade”. R10 considera que as dificuldades que os revisores enfrentam são similares: “Colocar-se no mercado, manter-se nele, estabelecer uma relação de confiança com seus clientes, através de um trabalho de qualidade (não só tecnicamente falando), as questões de preço, a economia brasileira, a política brasileira”. Dentre as dificuldades apontadas por R11, estão as financeiras: “Destaco a valorização do trabalho profissional, já que a demanda tende a ser grande e a remuneração não é satisfatória”. R12 trabalha como *freelancer* para uma editora e sua maior dificuldade é o contato editor/revisor no trabalho a distância: “Nem sempre me explicam como devo fazer o trabalho (que manual usar, como tirar as dúvidas) e, às vezes, surgem problemas”. R13 pontua algumas das principais dificuldades da profissão: “Valor de lauda absolutamente irreal em muitas editoras, rupturas de contrato sem ressarcimento, faltas de garantias trabalhistas [...] a exigência de ‘varar’ noites sem receber hora extra, realizar trabalhos densos em prazos exíguos etc.”. R14 observa: “Vejo que os revisores têm muita dificuldade em vender. Claro que nossa missão é difícil: o que vendemos é algo abstrato, intangível muitas vezes, e por isso é difícil demonstrar o valor daquilo que

fazemos”. R15 presta serviços para uma empresa de treinamento corporativo como *freelancer* e reconhece a dificuldade da convivência entre revisor e redator. Para ele, é preciso “que o redator entenda que não estamos tomando seu crédito pela boa produção do texto e não tenha tanto ciúme de que alguma outra pessoa o corrija, aponte seus erros [...]. Não trabalhamos para disputar, mas para colaborar”. O revisor também concorda com a necessidade de reconhecimento da profissão no mercado: “Somos, sim, necessários e nada dispensáveis nos locais em que haja qualquer produção de textos, tanto um jornal, agência de publicidade, editora, enfim, se tem texto, deve haver um revisor lá!”. R16 observa que a pressão em relação a prazos é frequente na carreira do revisor: “Lidar com os prazos que os clientes pedem, que normalmente são muito baixos, acaba impactando a qualidade do trabalho realizado”. Além disso, ele afirma que é preciso saber cobrar pelo trabalho. De acordo com ele, é preciso “saber lidar com valores, no caso de revisores autônomos, pois os clientes não costumam entender o trabalho do revisor, tudo o que envolve a revisão de textos, e acham os valores orçados muito altos”.

Gráfico 5 – Dificuldades enfrentadas

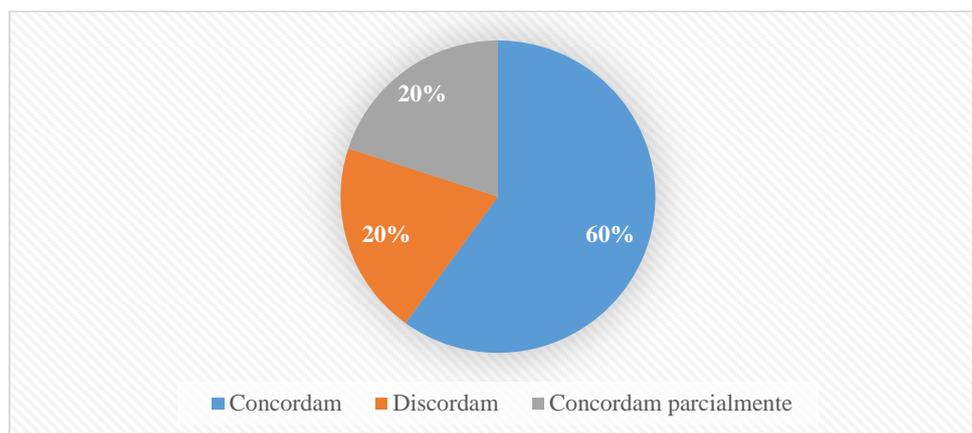


Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Sobre a invisibilidade do trabalho do revisor, R1 afirma: “Eu penso que quanto mais invisível, melhor. O revisor é colaborador do texto e deve procurar a maior sintonia possível com o autor. Isso é o que o torna invisível”. Sobre essa invisibilidade, R2 observa: “Essa profissão é realmente dos bastidores, afinal, estando pronto o texto, o papel do revisor é o de lapidá-lo, mas o conhecimento científico construído não foi nosso. É uma questão de lógica com os papéis exercidos”. R3 analisa essa invisibilidade

como uma possibilidade de desvalorização do profissional: “Quando o revisor constrói o *marketing* pessoal e realiza um trabalho de qualidade, [...] ele tem condições de criar uma cartela de clientes, redes de relacionamentos, ou podemos dizer o *networking*”. Nesse sentido, R3 pontua que “o revisor precisa ser um empreendedor, haja vista que muitos atuam como autônomos ou empreendedores individuais, porque o espaço profissional institucionalizado ainda é restrito”. Já R4 discorda dessa invisibilidade: “Não acho que há invisibilidade no trabalho do revisor. Todo leitor arguto sabe que, por trás de um bom texto, sempre há um bom trabalho de revisão”. R5 considera que essa invisibilidade é relativa: “Penso que o revisor tem que ser invisível no texto, mas o seu trabalho precisa ser reconhecido nas fichas técnicas das publicações”. De acordo com ele, “já é sabido na área que revisão de textos não é algo valorizado, ninguém acha que precisa e, quando não passam erros, o trabalho do revisor é totalmente esquecido”. R7 também percebe essa invisibilidade: “É frustrante, às vezes”. Na opinião de R8, essa é uma profissão que deve ser evitada “por quem busca os holofotes”. O revisor diz: “Comparo o nosso trabalho àquela pedra que fica bem abaixo na fundação de qualquer construção, mas é a mais firme na estrutura, porque, sem nós, o trabalho editorial seria caótico”.

Gráfico 6 – Invisibilidade do revisor

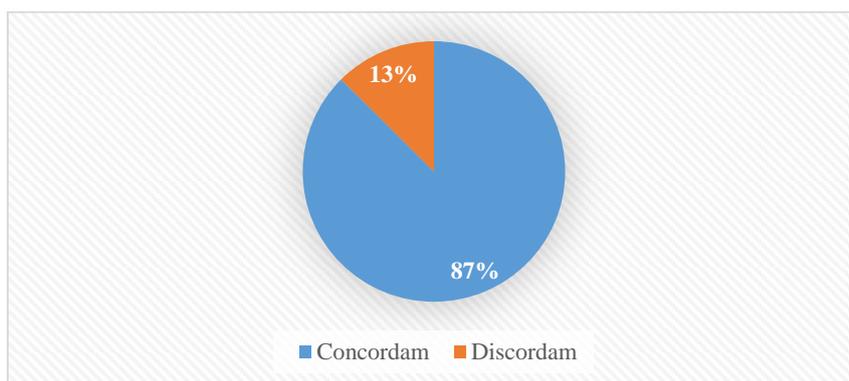


Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Para 14 dos 16 revisores entrevistados, a regulamentação da profissão é necessária. R1 acredita que “ela beneficiaria os profissionais, principalmente nas questões trabalhistas”. R2 assegura que uma regulamentação mínima contribuiria para direcionar a prática do revisor: “Penso que toda profissão deva ter parâmetros mais oficiais para seguir. É impressionante como nossas ações profissionais, os tipos de

revisão que fazemos e os valores que cobramos são diferentes”. R4 afirma que a regulamentação é muito importante e que “os benefícios estariam relacionados à valorização da profissão, ao reconhecimento da importância do trabalho do revisor e ao fortalecimento da categoria, para maior reivindicação de direitos legais e trabalhistas”. R5 observa que, “pelo fato de a profissão não ter um conjunto de regras mínimo a seguir, as editoras acabam se aproveitando dessa brecha e remuneram os profissionais com valores muito baixos”. Para ele, a criação de uma legislação que normatize a profissão poderia evitar muitos contratemplos: “O revisor, em muitas situações, é obrigado a cumprir uma série de outras demandas no material em que trabalha, extrapolando a revisão, acumulando funções, em suma, é explorado”. Na opinião de R6, “é necessário, primeiramente, um piso salarial. Muitas empresas pagam para revisores o que pagariam para estagiários”. Para ele, “é muito importante também que se regulamente a quantidade de horas trabalhadas, pois trabalhar oito horas seguidas com revisão é quase impossível”. R7 concorda que é de suma importância uma legislação que normatize a questão das horas trabalhadas: “Acho que a regulamentação ajudaria muito, principalmente na questão da carga horária, que é de 6 horas”. Sob o ponto de vista de R8, é muito comum ver pessoas que se “metem a fazer bicos de revisão”, sem preparo algum para exercer a profissão: “A regulamentação nos traria uma segurança maior, estabilidade, contratos de longo prazo com as editoras etc.”. R9 acredita que a regulamentação beneficiaria muito os profissionais de revisão, “pois evitaria os absurdos que muitos revisores, autônomos ou vinculados a empresas, vivenciam em sua rotina de trabalho, no que diz respeito a valores e prazos”. Além disso, segundo ele, “problemas de exploração em editoras e outros órgãos, ou de golpes em casos de trabalhos autônomos, seriam menos frequentes se houvesse formas de controle da profissão”. Por outro lado, R10 percebe a evolução da profissão e o interesse em seu reconhecimento: “Os revisores estão se vendo na sociedade e se pensando enquanto grupo, profissão [...]. Penso que ‘vai acontecendo do jeito possível’. A regulamentação formalizaria esse movimento, institucionalizaria”. Para R11, a regulamentação “evitaria remunerações aviltantes”.

Gráfico 7 – Regulamentação da profissão



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Como possíveis pautas de discussão, no caso da criação de leis que amparassem o profissional de revisão, R11 sugere a “criação de um piso salarial ou mesmo de um piso por trabalho: no primeiro caso, uma proporção para trabalhos de 20h, 36h ou 40h; no segundo, uma tabela para se regulamentar uma remuneração mínima por trabalho (por ex. quanto se cobrar por lauda)”. Para R12, uma “profissão regulamentada é sempre importante”. Na opinião do revisor, se houvesse uma regulamentação, “haveria uma tabela de preço/lauda globalizada, o que melhoraria muito a nossa vida. Hoje, cada editora faz seu preço e pronto. Você aceita ou perde o trabalho”. R13 também concorda com a regulamentação da profissão: “Como categoria profissional, poderíamos contar com representantes que tivessem força de congregar os profissionais em nossa entidade para a reivindicação de um piso maior dentro da produção editorial de qualquer empresa [...]”. R15 também defende a regulamentação e o devido reconhecimento no mercado. Segundo ele, é necessária “uma regulamentação quanto ao salário que seja cumprido por lei, para que haja uma maior valorização representada por um pagamento justo e sem tantas discrepâncias, até mesmo dentro de um mesmo setor de empresas”. R16 pensa que a criação de leis que favoreçam a carreira do revisor diminuiria as dificuldades que esse profissional enfrenta e ele teria “um respaldo legal para se apoiar”. Em contrapartida, R3 discorda da necessidade de leis que regulamentem a profissão. Na opinião dele, a legislação seria importante se “os espaços laborais fossem ampliados, já que os revisores têm “algumas possibilidades de atuação: empresas públicas (concurso – o impacto será mínimo ou nulo); autônomo ou empreendedor individual (as regras atuais possuem benefícios, também não haverá impacto)”. R3 ainda ressalta que é preciso “regulamentar a profissão” e que “não haver reconfiguração laboral do revisor em diversos espaços é caminhar a passos bem curtos (ou a caminhada será cessada)”.

R15 não acha que a regulamentação beneficiaria os revisores: “Talvez beneficiasse os formados em Letras, se é que a proposta de regulamentação seria nesse sentido”. Para ele, não é a graduação que define a competência de um revisor: “há nove anos, vejo revisores falando em regulamentação e sindicalização para ‘melhorar a visibilidade no mercado’, mas talvez por nossa essência ‘solitária’ não somos corporativistas”. De acordo com o profissional, “é muito mais fácil reunir em assembleia um grupo que trabalha na mesma fábrica do que um grupo de revisores que trabalha em *home office* em diferentes lugares do Brasil”.

Para uma melhor elucidação sobre os aspectos aqui abordados, esta pesquisa inclui o depoimento de Carolina Machado, mestranda em Ciência Cognitiva na Universidade de Lisboa, graduada em Letras pela PUCRS e revisora de textos desde 2008. Ela também é autora do “Manual de sobrevivência do revisor iniciante” e fundadora do Blog Revisão para quê? (atualmente, com mais de 150 posts, 800.000 visitas, 1.200.000 visualizações de páginas e 29.000 fãs no *Facebook*). Vejamos seu depoimento:

No fim de 2011 criei um site chamado *Revisão para quê?*. Ele surgiu da necessidade de mostrar meu trabalho de alguma forma na internet para que as pessoas da área me conhecessem. Desde então já postamos lá diversos tipos de conteúdo, mudamos a linha editorial, aprendemos e erramos também. Minha intenção, ao começar a falar sobre o cotidiano da revisão de textos, era mostrar a meus (futuros) clientes o que eu fazia para viver e como fazia isso. Só que (talvez pela carência de outras referências) acabamos também atingindo outro público: os próprios revisores de texto. Dessa carência de materiais que falassem sobre aspectos práticos da profissão, surgiu também o “Manual de sobrevivência do revisor iniciante”, um livro que busca esclarecer o dia a dia do revisor *freelancer*, com artigos sobre assuntos que abrangem desde como conquistar os primeiros clientes até como enviar um material revisado de volta ao cliente. Não sei se posso dizer que saí completamente da invisibilidade, mas o reconhecimento que tenho hoje, principalmente dos meus parceiros de trabalho, é bem gratificante.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou contribuir para uma reflexão acerca do ofício do revisor. Para tanto, elaborou um questionário com 10 perguntas, que possibilitou conhecer a opinião de 16 revisores, de várias partes do Brasil, com níveis diferentes de formação. Os temas das perguntas foram pensados de acordo com questões importantes que, de alguma forma, permeiam as práticas desses profissionais.

O objetivo desta pesquisa foi investigar o lugar em que o revisor está situado atualmente e dar voz a esse profissional, para que ele possa externar suas necessidades e suas dificuldades, além de verificar o que ele busca para a sua profissão e o que pode facilitar seu dia a dia, para que ele alcance a tão sonhada valorização profissional.

As perguntas foram direcionadas para possibilitar a análise de questões concernentes à profissão do revisor, levantar informações e fornecer dados para refletir principalmente sobre a pergunta que dá título a esse artigo: Revisor: profissional invisível? O que é ser invisível, nesse contexto? Os revisores que participaram dessa pesquisa concordam com essa invisibilidade? A que se deve essa invisibilidade? O que pode ser feito para modificar o cenário atual?

De acordo com o que foi apresentado, anteriormente, nas respostas dos 16 revisores, o resultado da pesquisa revelou que: todos os revisores são graduados, 14 deles na área de Letras. Dez, dos 16 profissionais, acham importante ter uma formação nessa área, além de considerarem indispensável investir em uma formação contínua, fazendo cursos de especialização ou quaisquer outros que sirvam para se aprimorar e se atualizar, uma exigência constante para quem quer ser um bom profissional. O tempo de trabalho é de cinco anos, no mínimo, e no máximo, de 30 anos, nenhum deles é iniciante na profissão. A maioria trabalha como autônomo, e os que prestam serviços para editoras o fazem como *freelancers*. Seis revisores, dos 16 pesquisados, trabalham com o gênero acadêmico. Artigos, dissertações, ensaios, teses, textos científicos, são os textos mais revisados. Apenas três profissionais não concordam com a afirmação: “o revisor não aparece quando acerta, só quando erra” e defendem que há certo reconhecimento sim, embora a questão financeira ainda deixe muito a desejar. Os que concordam total ou parcialmente com a afirmação, atribuem esse cenário à falta de reconhecimento e de valorização da profissão.

Entre as principais dificuldades enfrentadas pelo revisor estão: colocar-se no mercado de trabalho e manter-se nele, não interferir no estilo do autor do texto e respeitar os limites da revisão, prazos apertados, falta de padronização no tamanho das laudas, falta de diretrizes que estabeleçam número de horas diárias trabalhadas, horas extras, taxa de urgência para trabalhos encomendados em cima da hora, remuneração insatisfatória (inexistência de um piso salarial), mercado de trabalho saturado, pessoas despreparadas ou sem formação concorrendo com o profissional de revisão, não ser empreendedor (não saber cobrar pelo seu trabalho), problemas de relacionamento com

autores/editores, que muitas vezes interferem no trabalho do profissional e direcionam a revisão de acordo com suas necessidades e interesses, falta de reconhecimento da profissão no mercado, falta de valorização profissional e falta de regulamentação da profissão.

A implementação de leis que regulamentem especificamente a profissão de revisor de textos tem a aprovação de 14 dos 16 profissionais entrevistados. Eles avaliam que a regulamentação beneficiaria os revisores, principalmente nas questões trabalhistas, como na padronização do tamanho da lauda de revisão, na criação de um piso salarial, direito a horas extras, prazos, valores, e outras já citadas anteriormente. Um dos revisores pontuou que a regulamentação poderia trazer mais estabilidade à carreira, com contratos mais longos com as editoras. Outro profissional declarou que se sentiria mais seguro se fosse apoiado por leis que estabelecessem critérios para a contratação do trabalho de revisão. E ainda ressalta que muitos revisores autônomos são explorados por editoras e outros órgãos. Para ele, até a falta de pagamento, em caso de trabalhos autônomos, seria menos recorrente se houvesse uma legislação que apoiasse a profissão. Um dos aspectos pontuados por alguns dos pesquisados é que a regulamentação traria um respaldo legal para os profissionais e promoveria uma maior organização da categoria na busca por seus interesses.

Revisor de textos: profissional invisível? A questão da invisibilidade é vista e entendida de maneiras distintas pelos revisores pesquisados. A maioria dos profissionais entende a questão da invisibilidade como uma situação negativa, de desvalorização profissional, que ilustra bem o lugar em que o profissional se situa hoje em dia. Concordam que é uma profissão dos bastidores, que deve ser evitada por quem busca os holofotes. Se a revisão é bem feita, ponto apenas para o autor; se se percebem erros, quem foi o revisor? Essa invisibilidade está muito ligada, segundo os pesquisados, à falta de reconhecimento do seu trabalho e à falta de regulamentação da profissão no mercado de trabalho. Na opinião desses profissionais, o revisor de textos é considerado um profissional invisível, mas todos concordam que seu trabalho é essencial e indispensável para garantir a qualidade de um texto. Outros revisores não veem com maus olhos essa invisibilidade porque a entendem como a capacidade positiva que o profissional tem de estar em sintonia com o autor, de respeitar seu estilo, de não descaracterizar seu texto, apenas aprimorá-lo. O revisor considerado invisível seria aquele que não se revela, que não se coloca em evidência, que conhece os limites de

suas intervenções e respeita a lógica do papel que exerce: quanto maior a qualidade de um texto, menos a atuação do revisor é percebida e menos a presença desse profissional é notada.

Esta pesquisa não teve o objetivo de traçar uma conclusão sobre esse tema. Com ela, apenas pretendeu-se promover a livre expressão dos anseios maiores desse profissional e sua prática. A intenção foi deixar registrada neste trabalho a situação atual do revisor de textos, de forma a suscitar discussões e reflexões futuras sobre esse profissional e sua profissão, bem como disponibilizar um material que possa servir de base para sugerir modificações no âmbito de sua área de atuação, para que o revisor de textos possa ser reconhecido no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-lei nº 972, de 17 outubro de 1969.** Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0972.htm>. Acesso em: 7 nov. 2017.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452coapumpilado.htm>. Acesso em: 7 nov. 2017.

BRASIL. **Decreto-lei nº 7.858, de 13 de agosto de 1945.** Dispõe sobre a remuneração mínima dos que exercem a atividade de Revisor e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7858.htm>. Acesso em: 7 nov. 2017.

BRASIL. **Decreto-lei nº 83.284, de 13 de março de 1979.** Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, em decorrência das alterações introduzidas pela Lei nº 6.612, de 7 dez. 1978. Diário Oficial da União, Brasília 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D83284.htm>. Acesso em: 7 nov. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Portaria nº. 397, de 9 de outubro de 2002.** Identifica as ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

COELHO NETO, Aristides. **Além da revisão: critérios para revisão textual.** 2. ed. Brasília: Editora Senac-DF, 2008.

DEJAVITE, Fábila Angélica; MARTINS, Paula Cristina. O revisor de texto no jornal impresso diário e seu papel na sociedade da informação. **Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da USCS**, v. 2, n. 13, 2006. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/649/495>. Acesso

em: 7 nov. 2017.

GOMIDE, Renata Marques; GOMIDE FILHO, Sérgio Roberto. Considerações sobre a revisão profissional de textos acadêmico-científicos. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 19, n. 36, p. 337-355, 1º sem. 2015. Disponível em:

<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/P.2358-3428.2015v19n36p337>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

LEITE, Délia Ribeiro; MAGALHÃES, José Olímpio de. A proficiência de revisores de textos profissionais em uma tarefa de detecção de erros. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 225-249, jan./jun., 2014. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/download/16845/11533>. Acesso em: 7 nov.2017.

LEMO, Mayara Espíndola. A regulamentação da profissão do revisor de textos: uma medida social necessária. **Cenário**, Porto Alegre, v. 1, n. 9, p. 139-151, 2014.

Disponível em: <<http://seer.uniritter.edu.br/index.php/cenarios/article/view/869>>.

Acesso em: 7 nov. 2017.

MACHADO, Carolina. **Manual de sobrevivência do revisor iniciante**. Disponível em:

<<http://revisaoparaque.com/blog/wp-content/uploads/2016/05/manual-de-sobreviv%C3%Aancia-do-revisor-iniciante-cap%C3%ADtulo-1.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

MALTA, Luiz Roberto. **Manual do revisor**. São Paulo: Editora WVC, 2000.

PENZ, Rubem. **Revisor de plantão**. 16 de Mar. 2012. Disponível em: <<http://rubempenz.net/revisor-de-plantao/>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

RIBEIRO, Sandra Rocha. **A profissão do revisor de texto: suas leis e seu lugar na sociedade**. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/revele/article/viewFile/9510/7398>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

SARAMAGO, José. **História do cerco de Lisboa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, A. et al. **Guia do revisor**. Florianópolis: IFSC, 2015. Disponível em: <http://ead.ifsc.edu.br/MateriaisDidaticos/Videos/Guia_revisor_LE.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2017.